



Elevar a proposta
para discussão
{2023/1/31}

18-10-2022

Vereador dos Pelouros das Infraestruturas
e Obras Municipais, Administração Urbanística,
Economia e Desenvolvimento Local

José Pedro Ribeiro

INFORMAÇÃO DE SERVIÇO N.º 08 / DRU / 2022

DE: Chefe da DRU – Arqtº. Pedro Santos

PARA: Diretora do DAU - Arqtª. Ana Sofia Libreiro

PROCESSO N.º:

ASSUNTO: Proposta n.º 2022-564-DRU. Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão (19 de fevereiro de 2021 a 18 de fevereiro de 2022).

PARECER(ES):

Sr. Diretor Municipal
Asg- Paulo Pais

Concordo com a proposta apresentada, que consubstancia o 6º Relatório de Monitorização da ORU do Porto Brandão, e que dê conta do exercício de gestão da Aree de Reabilitação Urbana.

Não obstante terem já passados mais de 5 anos sobre a vigência da ORU, o presente relatório contém ainda algumas reflexões sobre a execução das operações, bem como uma proposta de revisão do respetivo instrumento de programação (estratégia de reabilitação urbana), conforme determina o artigo 20.º-A da lei 32/2012.

Assim, considero estarem reunidas as condições para ser elaborada proposta para deliberação da Câmara Municipal, nos termos propostos.

DESPACHO:

Concordo
Paulo Pais

Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano

31.1.2023

Ana Sofia Libreiro
27.01.2023

Câmara Municipal de Almada
Largo Luís de Camões
2800-158 Almada



A – ENQUADRAMENTO

De acordo com o nº 1, do Artigo 20º-A, da Lei nº 32/12, de 14 de agosto, cabe à entidade gestora das áreas de reabilitação urbana elaborar anualmente um relatório de monitorização, o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

B – ANÁLISE

O relatório anexo à presente informação procura dar conta do exercício da gestão da operação de reabilitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto Brandão, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades, concorrendo para o sentido primacial deste tipo de operações que se centra na reabilitação urbana no seu sentido mais vasto.

C – PROPOSTA

1. Aprovar os resultados do relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão;
2. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número 1, do art.º 20.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, do relatório de monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão, para posterior divulgação na página eletrónica do município, ao abrigo do nº 3 do citado artigo.

O Chefe da DRU

Arqt.º Pedro Santos